



RENOVAÇÃO DO QUADRO DE DELEGADOS DA CAAMT Página 7

DIRETORIA DA CAAMT INICIA GESTÃO PRESTIGIANDO POSSES Página 6

VAI À SANÇÃO

Câmara dos deputados aprova Isenção de custas antecipada a advogado que cobra honorário

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto que dispensa advogados de pagar antecipadamente as custas processuais em ações de cobrança ou execução de honorários. A proposta, que já recebeu aprovação do Senado, agora aguarda sanção presidencial. Além da isenção inicial das custas, o projeto determina que, ao término do processo, o pagamento ficará a cargo do réu ou executado, caso ele tenha causado a cobrança judicial. **PÁGINA 3**



Reprodução

Supremo Tribunal mantém descriminalização do porte de maconha para uso pessoal

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter neste (14/2), a decisão da Corte, que descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal, estabelecendo a quantia de 40 gramas como limite para diferenciar usuários de traficantes. **PÁGINA 10**

OAB-MT defende sustentação oral em encontro de presidentes de Seccionais com o presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso

A oralidade é um dos pilares fundamentais da advocacia, e sua possível limitação gera preocupação tanto entre os advogados quanto entre o público em geral. Gisela Cardoso, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), expressou essa preocupação em uma reunião na manhã desta terça-feira (11) em Brasília, com o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela falou em nome dos presidentes das Seccionais da OAB do Centro-Oeste. **PÁGINA 9**



Assessoria OAB-MT

Reprodução



Advogado de MT Ulisses Rabaneda assume vaga no CNJ e fala em compromisso com a justiça e imparcialidade

Página 12

Novo Procurador Geral toma posse com atuação e compromisso dos diretos e defesa da sociedade

Página 9



JOSÉ RICARDO COSTA MARQUES CORBELINO

Advogado em Cuiabá e vice-presidente da Comissão de Direito Penitenciário Sistema Prisional e Execução Penal da OAB-MT

“O CAOS DO SISTEMA PRISIONAL DE MT”

Estamos acompanhando diariamente nas mídias locais, que o sistema prisional é um dos setores mais debatidos no contexto da justiça e no que se refere ao papel do Estado em garantir a dignidade dos detentos e a eficácia do sistema. A necessidade de um sistema prisional mais cuidado por parte do Estado pode ser abordada sob várias perspectivas, que envolvem desde a infraestrutura até a reintegração social.

No cenário atual, há um grande ‘debate’ envolvendo a permanência ou não dos chamados “mercadinhos” que atendem aos presos.

O supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Mato Grosso (GMF-MT), sob a responsabilidade do ilustre Desembargador Orlando de Almeida Perri, recentemente em entrevista ao Midiajur datado de 09/02 elogiou a decisão do Juiz Anderson Candiotto, da 4ª Vara Cível da comarca de Sorriso (420 km de Cuiabá), que impediu a interdição do “mercadinho” que atende aos presos do Centro de Ressocialização de Sorriso (CRS). A sentença contraria a Lei nº 12.792/2025, assinada em 20 de janeiro pelo governador Mauro Mendes, que enrijece os procedimentos de segurança nas penitenciárias de Mato Grosso.

Orlando Perri disse que a manutenção dos “mercadinhos” é uma previsão da Lei de Execução Penal. “(...) Absolutamente correta a decisão do juiz. É preciso que a sociedade compreenda, e nós procuramos mostrar isso ao governo e aos nossos parlamentares, que o mercadinho tem previsão legal. Não é algo ilegal, imoral. Tem previsão no artigo 13 da Lei de Execução Penal. A lei diz que os estabelecimentos penais podem criar seus mercadinhos para aqueles produtos que não são fornecidos pelo Estado, desde que não sejam proibidos (...)”, explicou o supervisor do GMF.

O decano do TJMT endureceu as críticas ao governo e disse que o estado não tem moral para proibir os “mercadinhos”, pois não tem fornecido o mínimo para que os detentos cumpram as penas com dignidade.

“(…) A verdade é que o Estado não está cumprindo com a sua obrigação de fornecer o mínimo, do mínimo, para que os presos cumpram com dignidade as suas penas. Estão faltando produtos de higiene dentro das unidades. E como é que o estado tem autoridade moral para não permitir a existência de mercadinhos, quando ele não fornece nem quan-

tidade e qualidade suficiente para que os presos possam ter o mínimo de dignidade? Hoje faltam sabonetes, creme dental, aparelho de barbear, produtos de higiene íntimo, como absorventes para as reeducandas, declarou.

Sobre as denúncias de que existem “mercadinhos” paralelos dentro das unidades prisionais, especialmente na Penitenciária Central do Estado (PCE), mantidos pelas facções criminosas, Orlando Perri disse que se isto acabou desde a operação ‘Agente Elison Douglas’, desencadeada em 2019, mas que se está acontecendo é porque há conivência ou cumplicidade da polícia penal.

“Se a polícia penal não permitir, não existe mercado paralelo dentro das unidades prisionais, só se tiver conveniência ou cumplicidade”. De acordo com a legislação, os “mercadinhos” podem ser mantidos por associações de policiais penais ou dos conselhos da comunidade (..)

A par disso, o sistema prisional deve focar não apenas na punição, mas também na reabilitação. Isso significa fornecer programas de educação, capacitação profissional, e apoio psicológico para os presos. Isso aumenta as chances de reintegração bem-sucedida ao convívio social, reduzindo a reincidência criminal.

A Constituição de muitos países estabelece que os direitos humanos devem ser respeitados em qualquer circunstância. O Estado deve garantir condições mínimas de higiene, saúde e alimentação, além de respeito à integridade física e psicológica dos presos. A superlotação e a violência dentro das prisões frequentemente violam esses direitos e devem ser combatidas.

Sabemos que a superlotação é um problema crônico em muitas prisões. O Estado deve trabalhar para melhorar as condições de encarceramento, seja através da criação de mais unidades prisionais, da utilização de penas alternativas ou da melhoria na aplicação de medidas cautelares (prisão preventiva) para evitar o encarceramento desnecessário.

No mesmo sentido, entendemos que os profissionais responsáveis pela administração das prisões precisam de formação especializada, incluindo em gestão de conflitos, direitos humanos, e atendimento psicológico. Um sistema de prisões bem estruturado também depende de um corpo de agentes bem preparados para lidar com as complexidades do ambiente carcerário.

A transformação de um sistema prisional em algo mais humano e eficiente requer uma abordagem integrada entre

políticas públicas, investimentos em infraestrutura, e foco na promoção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos, incluindo os encarcerados. Em muitos lugares, as prisões são incapazes de oferecer o mínimo de dignidade, com detentos vivendo em condições insalubres e sem acesso adequado à saúde, educação ou trabalho.

Para se ilustrar, durante o lançamento do Pena Justa, o Presidente do CNJ e do STF, ministro Luís Roberto Barroso, afirmou “(...) que o sistema prisional necessita de mudanças. Para Barroso, “os presos perderam a liberdade, mas não a dignidade... que as pessoas no sistema prisional não foram condenadas a comer comida estragada, sofrer violências físicas e sexuais, a conviver com todo tipo de doença contagiosa. Se não zelarmos para que voltem melhor do que entraram, vão voltar mais danosas. Não adianta lidar com raiva ou falta de empatia(..)”, disse o presidente da Corte.

Não há dúvida, que a falta de assistência social e psicológica também é um desafio significativo. Muitas vezes, os presos não recebem o apoio necessário para sua reabilitação, seja por falta de recursos do Estado ou pela inexistência de políticas públicas voltadas para a recuperação do detento. Portanto, a falta de programas educativos e de apoio psicossocial impede que muitos detentos consigam sair do ciclo de criminalidade após o cumprimento da pena.

Além disso, a violência dentro das prisões e o controle de possíveis facções criminosas tornam a situação ainda mais crítica. Esses problemas não afetam apenas os detentos, mas têm um impacto na sociedade como um todo, uma vez que a falta de um sistema prisional eficaz não contribui para a redução da criminalidade e dificulta a reintegração social dos ex-presidiários.

Recentemente, a nova Diretoria eleita da OAB-MT, sob a presidência da doutora Gisela Cardoso editou a Resolução nº 034/2025 dispondo da Criação de uma nova Comissão cuja nomenclatura será “Direito Penitenciário, Sistema Prisional e Execução Penal”, o que sem dúvida, estará voltada plenamente a esses temas tão complacentes juntamente com as autoridades competentes e a sociedade em geral, com o cortejo do combativo Vice-Presidente Giovane Santin.

Os artigos são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do Jornal Advogado-MT

PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE

Não cabem honorários sucumbenciais em favor de devedor beneficiado por prescrição

Não cabe a fixação de honorários sucumbenciais em favor de devedor que foi beneficiado pela prescrição intercorrente decretada depois da anulação da citação por edital em ação de busca e apreensão convertida em execução de título extrajudicial.

Esse entendimento foi adotado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao julgar o caso de uma empresa que deixou de pagar as prestações de um veículo financiado com garantia de alienação fiduciária. Em seguida, o banco ajuizou a ação de busca e apreensão. Nem o devedor, nem o veículo financiado, foram localizados, mas, posteriormente, foram encontrados e apreendidos outros bens que haviam sido dados em garantia.

O banco credor solicitou, então, a citação por edital, que só foi deferida depois da frustração de novas tentativas para localizar o devedor. A sentença consolidou nas mãos do autor da ação os bens apreendidos, ao que se seguiu a conversão da ação de busca e apreensão em execução de título extrajudicial.

Na análise de exceção de pré-executividade apresentada pelo devedor, a citação por edital foi anulada, ao fundamento de que não foram esgotados todos os meios para a citação pessoal, o que



Reprodução

levou ao reconhecimento da prescrição intercorrente. O banco foi condenado a devolver o valor dos bens apreendidos, acrescido de 10% a título de honorários advocatícios.

No STJ, o devedor sustentou que os honorários deveriam ser calculados com base no valor total da dívida, e não no valor do que foi efetivamente apreendido.

Princípio da causalidade

A relatora, ministra Nancy Andriighi, afirmou que o julgador deve se basear no

princípio da causalidade para verificar a responsabilidade pelo pagamento das verbas sucumbenciais quando a execução for extinta por prescrição intercorrente, especialmente nos casos de não localização do devedor ou de seus bens.

A magistrada entendeu que a forma de fixação dos honorários pelo tribunal estadual foi inadequada. Segundo ela explicou, "a corte de origem nem sequer deveria ter fixado honorários em desfavor do banco, pois a prescrição intercorrente

não infirma a certeza e a liquidez do título executivo, tampouco faz desaparecer do mundo jurídico o inadimplemento do devedor".

Nancy ressaltou que a redação dada pela Lei 14.195/2021 ao artigo 921, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil (CPC) demonstra a prevalência do princípio da causalidade sobre o princípio da sucumbência. Conforme observou, não seria razoável punir duplamente o credor que, além de ver frustrada a satisfação de seu crédito, ainda teria de arcar com os ônus sucumbenciais.

Por outro lado, a relatora enfatizou que não seria possível o STJ imputar essas verbas à parte executada, devido à vedação da reformatio in pejus (reforma para pior), já que não houve interposição de recurso pelo banco credor.

Ao manter o acórdão recorrido, a ministra apontou a inaplicabilidade ao caso do Tema 1.076 dos recursos repetitivos, por não haver ofensa ao artigo 85, parágrafo 2º, do CPC, devendo a verba honorária ser calculada com base no preço equivalente ao valor dos bens apreendidos. Com informações da assessoria de imprensa do TJ-SP.

Acórdão : REsp 2.130.820

Fonte: Conjur

VAI À SANÇÃO

Câmara dos deputados aprova Isenção de custas antecipada a advogado que cobra honorário

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto que dispensa advogados de pagar antecipadamente as custas processuais em ações de cobrança ou execução de honorários. A proposta, que já recebeu aprovação do Senado, agora aguarda sanção presidencial.

Além da isenção inicial das custas, o projeto determina que, ao término do processo, o pagamento ficará a cargo do réu ou executado, caso ele tenha causado a cobrança judicial.

Essa medida busca proteger os advogados que precisam recorrer à Justiça para receber honorários devidos, eliminando a necessidade de antecipar valores para reivindicar um direito já reconhecido judicialmente.

ISENÇÃO PARCIAL

O PL 4.538/21, proposto pela deputada Renata Abreu, inicialmente previa a isenção total das custas para advogados em execuções de honorários. Contudo, durante sua tramitação no Senado, a redação foi modificada para permitir apenas a dispensa do pagamento antecipado.

De acordo com o novo texto, o artigo 82 do CPC incluirá um § 3º, que estabelece que "nas ações de cobrança por qualquer procedimento, comum ou especial, bem como nas execuções ou cumprimento de sentença de honorários advocatícios, o advogado ficará dispensado de adiantar o pagamento de custas processuais, cabendo ao réu ou executado, ao final do processo, suprir seu pagamento, se

tiver dado causa ao processo".

Durante as discussões, o deputado Pompeo de Mattos defendeu a aprovação da proposta, ressaltando que os advogados não devem ser obrigados a arcar com custos para receber o que já é seu por direito. Ele enfatizou que essa medida não é um privilégio, mas um direito fundamental da classe.

"O advogado trabalhou 1, 2, 3 anos para ganhar a causa. Ele obtém uma sentença favorável, que já é difícil de conseguir, e ainda assim não recebe. Sem ter recebido nada, precisa desembolsar dinheiro para entrar novamente com uma ação para receber o que já foi reconhecido. Isso não é justo", afirmou.

O deputado Chico Alencar também destacou os desafios enfrentados pela advocacia no



Reprodução

Brasil e defendeu a aprovação do projeto como um passo vital para melhorar as condições de trabalho dos profissionais do direito.

TRAMITAÇÃO

Esse projeto já havia sido aprovado pela Câmara em 2018, na forma do PL 8.954/17,

que previa a isenção total das custas processuais para advogados nessas situações. No entanto, o Senado aprovou um substitutivo que ajustou a proposta para a versão final agora enviada ao presidente da República para sanção.

Redação JA

Lei garante 120 milhões para a educação infantil entre 2025 e 2027

Clementina Castro de Pinho, 53 anos, cozinheira no bairro Jardim União, e Leiliane Gonçalves, 44, farmacêutica no Jardim Florianópolis, vivem uma situação comum: ambas trabalham próximas ao Centro Educacional Infantil Cuiabano (CEIC) Ale Guilherme Arflux da Costa Ribeiro, localizada na Regional Norte, em Cuiabá, mas enfrentam a angústia de esperar por uma vaga para seus netos.

“Meu neto está há dois anos na fila de espera. Essa oportunidade é essencial para ele crescer aprendendo e para a gente trabalhar com mais tranquilidade. Com o trabalho do Botelho, acredito que a vaga vai sair. Tenho fé!”, disse Clementina.

Com a mesma expectativa, Leiliane, avó de um bebê de nove meses, também expressou esperança: “Agora, meu neto terá a oportunidade de aprender desde cedo, em um ambiente seguro e acolhedor. É um alívio para toda a família”, comemorou.

Esse drama vivido por tantas famílias recebeu uma resposta concreta com o anúncio do presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Eduardo Botelho. Com a implementação da Lei Estadual nº 12.431/2024, foi garantido um investimento histórico de R\$ 120 milhões para a educação infantil entre 2025 e 2027, com R\$ 40 milhões anuais destinados à construção, ampliação

e manutenção de creches em Mato Grosso. “Estamos fortalecendo a educação infantil e priorizando as crianças de 0 a 6 anos. Esses recursos são essenciais para reduzir desigualdades e criar oportunidades para as famílias que mais precisam”, declarou Botelho.

Natalício Menezes, articulador do Programa Creche para Todas as Crianças da Fundação Abrinq, ressaltou a importância desse investimento: “Além de garantir educação, as creches protegem as crianças contra possíveis violações de direitos, oferecem boa alimentação e ajudam a evitar problemas futuros como a distorção idade-série. Essa ação é essencial para as famílias do Estado”, afirmou.

Botelho liderou um intenso trabalho de articulação com o governo do estado e instituições como o Tribunal de Contas (TCE-MT) e o Tribunal de Justiça (TJMT), e toda equipe técnica ligada ao Grupo de Apoio à Educação e à Primeira Infância (Gaepe-MT). Foram mobilizados recursos por meio de emendas parlamentares e negociações orçamentárias, superando desafios para tornar o projeto realidade.

O conselheiro do TCE-MT, Antônio Joaquim, presidente do Gaepe-MT, destacou a relevância da atuação de Botelho nesse processo: “Esse é um grande avanço para a primeira infância. A ALMT, sob a liderança do deputado, foi decisiva

para garantir esses recursos e reduzir o déficit de vagas, que ainda impacta cerca de 14 mil crianças em Mato Grosso”.

Avanços - Com a implementação das políticas previstas no Plano Plurianual 2024-2027, Mato Grosso dá um passo decisivo para transformar a educação infantil, fortalecendo o futuro das crianças e proporcionando mais tranquilidade às famílias mato-grossenses.

Os valores estão previstos na Lei estadual nº 12.431/2024, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição nº 28.910, em 16 de janeiro de 2025. Agora, cabe à Secretaria de Estado de Educação (Seduc) regulamentar e definir os próximos passos para iniciar as construções e reformas.

Redação JA com informações da Secom/ALMT

Universidade Fasipe Parabeniza o Professor e advogado Bruno Felipe Monteiro Coelho pela nomeação de Comissão na OAB/MT

A Fasipe Cuiabá, por meio de seu curso de Direito, gostaria de expressar suas calorosas congratulações ao Mestre Professor Bruno Felipe Monteiro Coelho pela sua recente nomeação como Presidente da Comissão de Direito Bancário da OAB - Mato Grosso.

Essa nomeação é uma fonte de grande orgulho para a Fasipe Cuiabá e simboliza o reconhecimento da competência e expertise do Professor Bruno na área do Direito Bancário.

Bruno Felipe é um educador exemplar, que combina profundo conhecimento técnico com uma verdadeira paixão pelo ensino. Sua dedicação aos alunos e à comunidade jurídica é verdadeiramente inspiradora.

A Fasipe Cuiabá se sente privilegiada em contar com o Professor Bruno em seu corpo docente. Sua presença não apenas enriquece o Curso de Direito, mas também contribui significativamente para a formação de profissionais altamente qualificados.

Estamos confiantes de que o Professor Bruno Felipe desempenhará um papel crucial na presidência da Comissão de Direito Bancário da OAB - Mato Grosso. Sua liderança será vital para o avanço do setor e para a defesa dos interesses da sociedade. Desejamos a ele todo o sucesso nesta nova jornada!

“A escolha do Professor Bruno Felipe para liderar a Comissão de Direito Bancário da OAB/MT é um reconhecimento de sua trajetória profissional, que se destaca pelo comprometimento com o estudo e a defesa do Direito Bancário. A Fasipe se or-



gulha de ter um docente de sua qualidade em sua equipe.”

Bruno expressou sua gratidão pelas palavras da diretoria da Fasipe, destacando que essa é apenas a primeira etapa de um projeto que promete excelentes colaborações. Ele também agradeceu à @fasipecuiaba por abrir as portas da docência e por proporcionar oportunidades de interação com pessoas incríveis todos os dias. “Muito obrigado, meus amigos”, finalizou.

Redação JA

Reprodução



Vice-presidente Giovane Santin assume Coordenação-Geral das Comissões Temáticas

Vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Giovane Santin, foi nomeado, neste (27/1), Coordenador-Geral das Comissões Temáticas na gestão 2025/2027.

“A função deste cargo é ser o articulador dessas comissões que abrem espaço de discussão, que reúnem uma diversidade de advogados e advogadas, da Capital e do interior, que levantam temas de grande influência e relevância social, já que a OAB cumpre honroso papel de ser voz da sociedade, então

não deve se eximir das grandes questões, de ser força transformadora de uma realidade muitas vezes ainda atroz”, diz Santin.

Com a nomeação, Gisela Cardoso, presidente da OAB-MT, desejou sucesso a Santin, no trabalho com as mais de 70 comissões temáticas que movimentam a Ordem dos Advogados, cujas diretorias estão em fase de renovação neste início de mandato.

Redação JA com informações da Assessoria de Imprensa OAB-MT

Diretorias da CAAMT e OAB/VG discutem projetos estratégicos para advocacia

DA ASSESSORIA CAAMT

Neste (14/01), a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAAMT) esteve reunida com os novos gestores da OAB Várzea Grande para o triênio 2025-2027. O encontro, realizado na sede da CAAMT, reforçou a parceria institucional entre as entidades.

A comitiva foi recepcionada pelo presidente da CAAMT, Rodrigo Araújo, e pela diretora Roberta Arruda, que destacaram a importância do fortalecimento dos laços com as subseções para ampliar o alcance dos serviços da Caixa. “Esse momento é de grande importância para definirmos projetos estratégicos que venham ao encontro das reais necessidades da advocacia”, destaca o presidente da CAAMT.

Durante a reunião, Rodrigo Araújo reforçou o comprometimento de toda a diretoria da Caixa de Assistência com os advogados e advogadas do estado. “Nosso objetivo é levar os benefícios e serviços da Caixa de Assistência para todo o Mato Grosso, garantindo aos colegas, independentemente da localização, todo o suporte necessário para exercerem suas atividades com excelência e qualidade”, reforça Rodrigo Araújo.

Representando a subseção da OAB



Igor Vinicius

Várzea Grande, estiveram presentes à reunião a presidente, Nadielly Garbin Feitosa; a vice-presidente, Mônica Monteiro; o secretário adjunto, Lauro da Costa; o delegado da CAAMT, Luis

Felipe Monteiro da Silva; além das conselheiras estaduais Lidiane Santos e Alexandra Nogueira; e os representantes do conselho e comissões temáticas da OAB Várzea Grande, Clariana Barão e

Marcelo Dal Rodrigues. O diretor tesoureiro da OABMT, Max Magno Ferreira Mendes, e o ex-delegado da CAAMT por Várzea Grande, Gilson Soares, também estiveram presentes.

NOVIDADE

Projeto “Minha Primeira Fotografia” é lançado em Cuiabá

O benefício destina-se aos jovens advogados no dia em que recebem a Certidão da OABMT

Reprodução



POR: PAULA PERES
ASSESSORIA DE IMPRENSA CAAMT

A diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAAMT) lançou, no último dia 03/02, durante a solenidade de entrega de Certidões da OABMT, o projeto inédito: Minha Primeira Fotografia.

“Estamos iniciando este projeto por Cuiabá, mas ele será estendido a todas subseções da OABMT, beneficiando os jovens advogados e advogadas”, explica o presidente da CAAMT, Rodrigo Araújo.

A vice-presidente da Caixa de Assistência, Thaís Brazil, conta que, no dia do evento, é montado

um mini estúdio de fotografia com profissionais qualificados. Cada compromissando participa da sessão de fotos e, ao final, seleciona três fotografias profissionais que são entregues pela CAAMT sem qualquer custo. “O ‘Minha Primeira Fotografia’ vem para auxiliar a jovem advocacia nesse início de

carreira. Cada colega beneficiado poderá, por exemplo, usar a foto profissional em seu portfólio e cartão de visita”, completa.

Na primeira edição do projeto, foram entregues quase 100 fotos profissionais aos 32 novos ingressantes nos quadros da Seccional da OAB Mato Grosso.

SUBSEÇÕES OABMT

Diretoria da CAAMT inicia gestão prestigiando posses no interior de MT

Em 30 dias, foram percorridos mais de 2.500 quilômetros para participação em solenidades de oito subseções

POR: PAULA PERES
ASSESSORIA DE IMPRENSA CAAMT

A nova diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAAMT) iniciou a administração 2025-2027 com o pé na estrada. Em 30 dias, os gestores já percorreram mais de 2.550 quilômetros para participarem das importantes solenidades de posse das diretorias das subseções da OABMT.

“Já tivemos a honra de prestigiar a posse dos novos colegas em Diamantino, Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Jaciara, Rondonópolis, Várzea Grande, Sorriso e Nova Mutum. Em nome de toda a diretoria da Caixa de Assistência, desejo uma atuação profícua a todos que abraçaram a missão de conduzir as subse-

ções”, destaca o presidente eleito da CAAMT, Rodrigo Araújo.

Ele afirma que a nova gestão da CAAMT está em sintonia com a Seccional e todas as 29 subseções da OABMT. “A partir de agora, o trabalho será conjunto entre a Caixa de Assistência, OAB Mato Grosso e interior do estado com o único objetivo de fortalecer as ações, os projetos em prol da advocacia mato-grossense. Não há mais que se falar em divisões. Somos uma entidade uma e forte”, reforça Rodrigo Araújo.

A presidente reeleita da OABMT, Gisela Cardoso, ratificou as palavras de Rodrigo Araújo ao preconizar a união, o trabalho incansável pela advocacia e a defesa incessante das prerrogativas dos advogados e advogadas, em seus discursos.

Fotos: Reprodução





Fotos: Reprodução

GESTÃO 2025-2027

Renovação no quadro de Delegados CAAMT supera 80%

As mulheres advogadas são a maioria na função. Do total de 29 Delegados(as), 17 são do gênero feminino

POR: PAULA PERES
 ASSESSORIA DE IMPRENSA CAAMT

A gestão 2025-2027 da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAAMT) começa renovada no interior do estado. Serão 25 novos Delegados e Delegadas representando a entidade em suas subseções. Do total de 29, somente quatro foram reconduzidos à função para o triênio iniciado em 1º de janeiro.

“Em comparação à gestão passada, teremos uma renovação de 86% no quadro de Delegados e Delegadas”, informa o presidente da CAAMT, Rodrigo Araújo.

Segundo ele, outro ponto que merece destaque, é o número de mulheres advogadas à frente da CAAMT no interior. “Temos 17 advogadas e 12 advogados representando nossa entidade em suas subseções. Isso significa que elas ocupam quase 60% das cadeiras destinadas aos Delegados”.

“Nosso carro-chefe são os convênios celebrados com empresas e prestadores de serviços dos mais variados segmentos, e os nossos Delegados e Delegadas têm papel fundamental nesse processo. Serão eles os responsáveis não apenas por intensificarem a divulgação dessas parcerias, mas, principalmente, por ouvirem as demandas da advocacia local e buscar convênios que atendam as reais necessidades dos colegas”, destaca Rodrigo Araújo.

CONHEÇA OS DELEGADOS E DELEGADAS CAAMT GESTÃO 2025-2027:

Subseção: Água Boa

Delegada: LARISSA BENTO DE RESENDE

Subseção: Alta Floresta

Delegada: APARECIDA SCATAMBULI SICUTO

Subseção: Alto Araguaia

Delegado: ABIGAILTON ROSA DE OLIVEIRA JÚNIOR

Subseção: Barra do Garças

Delegada: CAMILA REJANE MENDES SANTOS

Subseção: Cáceres

Delegado: MAURO LEMES DA SILVA JUNIOR

Subseção: Campo Novo do Parecis

Delegada: CLAIR DIRLEI SCHEUERMAN

Subseção: Campo Verde

Delegada: DAIANE CRISTINA FERNANDES CAETANO

Subseção: Canarana

Delegada: ALICIANE LETÍCIA SULZBACHER LOPES

Subseção: Colíder

Delegada: NAGILCE LARA XAVIER

Subseção: Comodoro

Delegada: GABRIELA LEITE HEINSCH

Subseção: Diamantino

Delegada: MARIANNE CARVALHO FERREIRA

Subseção: Jaciara

Delegado: CHRISTIAN MASSAYOSHI BENITES KOYAMA

Subseção: Juara

Delegado: BRUNO RICARDO BARELA IORI

Subseção: Juína

Delegada: FRANCIMEYRE RUBIO PASSOS

Subseção: Lucas do Rio Verde

Delegada: CLARICE BAGNARA

Subseção: Mirassol D'Oeste

Delegada: VIVIANE SOUZA DO COUTO

Subseção: Nova Mutum

Delegada: VANESSA DOS SANTOS LOPES PICCININI

Subseção: Nova Xavantina

Delegado: JESSÉ CANDINI

Subseção: Paranatinga

Delegado: FERNANDO VAZEL BISPO DA SILVA

Subseção: Peixoto de Azevedo

Delegada: ALINE ALENCAR DE OLIVEIRA

Subseção: Pontes e Lacerda

Delegado: PAULO ROGÉRIO DE SOUZA E SILVA

Subseção: Poxoréo

Delegado: ADRIANO SOUZA PAULINO

Subseção: Primavera do Leste

Delegada: JANICE FLORES CAMPOS

Subseção: Rondonópolis

Delegado: JOSÉ AUGUSTO MARTINS DE OLIVEIRA

Subseção: Sinop

Delegado: MÁRCIO SILVA DA COSTA

Subseção: Sorriso

Delegado: FABRÍCIO GUIDINI PICOLI

Subseção: Tangará da Serra

Delegada: JULIANA DE FÁTIMA LANI SPONCHIADO

Subseção: Várzea Grande

Delegado: LUIS FELIPE MONTEIRO DA SILVA

Subseção: Vila Rica

Delegada: INDYARA WINTER CAVALCANTE

Projeto de Lei aprovado na ALMT altera conselho estadual de defesa da pessoa com deficiência

Na sessão ordinária realizada neste (5/2), os deputados estaduais de Mato Grosso aprovaram, em redação final, o Projeto de Lei 1646/2024, apresentado pelo Executivo. Essa proposta modifica e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.534, de 31 de julho de 2006, que estabelece o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conede/MT).

As mudanças propostas visam atualizar a legislação que criou o Conede, considerado essencial para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, garantindo que suas necessidades contemporâneas sejam atendidas e respeitando as diretrizes constitucionais e legais.

Além disso, o projeto sugere a revogação do Decreto nº 8.034, de agosto de 2006, que regulamenta a Lei nº 8.534, justificando essa ação pelo des-



Marcos Lopes / ALMT

compasso entre a norma regulamentar e as novas diretrizes da lei.

Com a aprovação do projeto, o Conselho será integrado à estrutura da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc) assim que a

proposta for sancionada. Essa alteração fortalecerá a composição do Conede-MT, que contará com oito representantes do poder público, nomeados pelo governador, e oito representantes de entidades da sociedade civil.

Os representantes do poder público, conforme estipulado no projeto, deverão atuar na defesa, promoção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Para serem indicadas, essas entidades devem ser legalmente constituídas, estar em operação há pelo menos dois anos e ter representatividade no estado.

Os representantes públicos serão designados por diversos órgãos governamentais, incluindo a Setasc, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), a Secretaria de Estado de Saúde (SES), a Casa Civil, a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra), a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel) e a Secretaria de Estado de Comunicação (Secom).

Redação JA

Em reunião no TJMT Cuiabá e Várzea Grande aderem à Central de Conciliação de Saúde Pública

Em uma iniciativa para acelerar a resolução de conflitos na área da saúde, as cidades de Cuiabá e Várzea Grande se uniram ao Poder Judiciário de Mato Grosso e ao governo estadual para criar a Central de Conciliação de Saúde Pública. O lançamento da proposta ocorreu durante uma reunião na sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso nesta segunda-feira (3 de fevereiro), com o objetivo de fornecer informações rápidas e precisas aos cidadãos sobre procedimentos médicos, além de oferecer soluções eficazes.

A reunião foi presidida pelo desembargador José Zuquim Nogueira e contou com a participação de representantes das Secretarias de Saúde, do Ministério Público (MPMT), da Defensoria Pública (DPMT) e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec).

O juiz Agamenon Alcântara Moreno Júnior, que coordena a ação, anunciou que a próxima fase do projeto incluirá uma visita ao espaço disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) para a Central, agendada para a próxima semana.

Agamenon explicou que, após uma série de reuniões com o Governo do Estado e outras entidades, os municípios foram convidados a participar. "Nosso objetivo é reunir em um único local a Regulação da Saúde do Estado e dos dois municípios, além da Defensoria e do Ministério Público. Assim, queremos oferecer ao cidadão informações qualificadas sobre os procedimentos que ele precisa, possibilitando que, caso perceba uma longa espera, tenha acesso à Defensoria e ao Ministério Público para buscar uma conciliação ou até judicializar a questão", detalhou o magistrado, que atua na Vara da Saúde de Várzea Grande.

O promotor de Justiça Milton Matos da Silveira Neto elogiou a criação da Central, ressaltando sua importância para fornecer informações claras a quem precisa de cirurgias e muitas vezes se sente perdido nesse processo. Ele também destacou que a Central pode gerar dados valiosos sobre a demanda por serviços de saúde, permitindo que o Estado e os municípios direcionem os recursos de maneira mais eficiente, evitando processos judiciais desnecessários.

"A Central pode ajudar a prevenir ações judiciais, beneficiando tanto os cidadãos quanto o sistema de saúde, o que é vantajoso para todos os envolvidos", afirmou.

A prefeita de Várzea Grande, Flavia Moretti, enfatizou a necessidade de uma força-tarefa para resolver os problemas de saúde. Ela mencionou a implementação da Vara da Saúde em 2019 e a importância da mediação para garantir que os cidadãos tenham acesso seguro aos serviços de saúde, sem a necessidade de judicialização. "Várzea Grande está pronta para participar desta Central, que representa um avanço significativo no atendimento à saúde da população", declarou.

A secretária de Saúde de Cuiabá, Lúcia Helena Barbosa Sampaio, observou que o município enfrenta um número elevado de processos relacionados à saúde e que a Central deve ajudar a reduzir essa carga. "Temos um volume considerável de ações que poderiam ser evitadas. A proposta é resolver essas questões por meio da conciliação antes que se tornem processos judiciais, o que sem dúvida é uma alternativa positiva", concluiu.

Redação JA

Assembleia Legislativa de MT está em alerta após a decisão do STF que suspendeu a lei de incentivos fiscais para o agronegócio no estado

O presidente da ALMT, deputado Max Russi, e o procurador da instituição, Ricardo Riva, se reuniram para discutir as implicações da decisão na ADI 7.774, que questiona a validade da lei 12.709 de 2024.

Riva destacou a importância da legislação, que estabelece condições para a concessão de benefícios fiscais, e enfatizou que os acordos firmados por empresas não devem ferir os interesses econômicos de Mato Grosso. A decisão do ministro Flávio Dino, que levantou preocupações sobre o aumento do desmatamento na Amazônia, foi uma das principais razões para a suspensão cautelar da lei.

A Assembleia já se manifestou na ação direta de inconstitucionalidade, defendendo a necessidade de revisar e adequar as práticas comerciais que envolvem incentivos fiscais. Max Russi foi elogiado por sua rápida mobilização e pela coleta de dados relevantes, afirmando que o estado não deve conceder incentivos a empresas que



Reprodução

operam fora da legalidade.

Os deputados também discutiram a importância de apoiar os produtores rurais que estão cumprindo as exigências legais em relação ao desmatamento. O deputado Gilberto Cattani reforçou a necessidade de garantir que todos os atos comerciais estejam em conformidade com as leis, manifestando o compromisso da ALMT em manter um diálogo aberto com a sociedade e o setor produtivo.

Ao final, Max Russi reafirmou o papel da Assembleia em equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, garantindo que os interesses dos cidadãos de Mato Grosso sejam sempre defendidos.

Redação JA

Novo Procurador Geral toma posse com atuação e compromisso dos direitos e defesa da sociedade

Rodrigo Fonseca Costa assumiu neste (7/2), o cargo de procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso, destacando seu compromisso com a defesa dos direitos da sociedade e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. “Estou ciente de que enfrentarei uma jornada longa, repleta de desafios que refletem a magnitude da nossa missão. Contudo, isso não me intimida, pois sei que posso contar com valorosos colegas na defesa do povo mato-grossense. Juntos, utilizaremos a lei como escudo e espada em nossa luta”, afirmou.

O novo procurador-geral, que liderará a instituição de 2025 a 2027, mencionou a busca por uma atuação mais resolutiva, priorizando a autocomposição e o uso de tecnologia para aprimorar a eficiência do trabalho. “Recentemente, o Ministério Público Brasileiro, apoiado por inovações legislativas, tem se esforçado para ser mais resolutivo, adotando métodos inovadores de conciliação e resolução de conflitos, com resultados cada vez mais positivos”, observou.

Rodrigo enfatizou que “conciliar não é abrir mão de fazer Justiça, mas sim torná-la mais ágil e eficaz”. Ele res-



Ofício Ferreira-Assessoria

saltou os avanços obtidos com a autocomposição no Ministério Público de Mato Grosso e reafirmou sua intenção de continuar nesse caminho.

“A inovação tecnológica, a inteligência artificial e outras ferramentas serão nossas aliadas, tanto na atuação processual quanto na aproximação com a sociedade. Pretendemos ampliar os canais digitais de comunicação, permitindo que cada cidadão tenha acesso rápido e seguro aos nossos serviços.

Queremos um Ministério Público que esteja presente na vida de cada mato-grossense”, acrescentou o procurador-geral, que foi eleito com 207 votos.

AGRADECIMENTOS E RECONHECIMENTOS

Em um discurso emotivo, Rodrigo Fonseca Costa refletiu sobre a evolução do MPMT ao longo das décadas e expressou sua eterna gratidão aos membros da instituição que aceitaram fazer parte de sua equipe e que acreditaram

em sua visão de um Ministério Público mais focado na sociedade. Ele também elogiou o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e agradeceu a presença de procuradores-gerais de Justiça de todo o país, representantes do Senado e da Câmara Federal, além de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estadual.

Rodrigo também agradeceu aos servidores e colaboradores do MPMT, e especialmente à sua família. “Meus pais, Ivan e Rosângela, vocês me ensinaram a dar os primeiros passos e sou eternamente grato a vocês. Agradeço aos meus irmãos, Ricardo e Daniela, e aos meus cunhados pelo apoio constante. Minha esposa, Fernanda, e meus filhos, João Rodrigo e Maria Fernanda, vocês são a razão da minha vida e minha maior felicidade”, declarou.

CHAMADO À AÇÃO

Por fim, Rodrigo Fonseca convocou todos os promotores, procuradores, servidores e colaboradores para juntos construir um Ministério Público cada vez mais forte e comprometido em atender aos interesses da população de Mato Grosso.

Redação JA

OAB-MT defende sustentação oral em encontro de presidentes de Seccionais com o presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso

A oralidade é um dos pilares fundamentais da advocacia, e sua possível limitação gera preocupação tanto entre os advogados quanto entre o público em geral. Gisela Cardoso, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), expressou essa preocupação em uma reunião na manhã desta terça-feira (11) em Brasília, com o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela falou em nome dos presidentes das Seccionais da OAB do Centro-Oeste.

Cardoso enfatizou que a substituição da sustentação oral por um memorial ou um vídeo gravado não é aceitável. “A fala do advogado é de extrema relevância e não pode ser retirada do contexto jurídico”, defendeu. O encontro com Barroso teve como objetivo discutir a Resolução 591/2024 do CNJ, que propõe a apresentação de sustentações orais de forma assíncrona, ou seja, por meio de gravações.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, que liderou a comitiva dos presidentes das Seccio-



Assessoria OAB-MT

nais, também destacou a importância de garantir a prerrogativa dos advogados em optar pela sustentação oral durante as sessões de julgamento. “É crucial que os direitos da advocacia sejam respeitados”, afirmou Simonetti.

Após a reunião, Barroso recomendou que os Tribunais de Justiça dos Estados permitam que os advogados solicitem destaque para suas susten-

tações orais em julgamentos virtuais, transferindo assim a votação para o plenário físico. Essa orientação representa uma mudança na posição do CNJ, com Barroso afirmando: “Os Estados que já adotavam a possibilidade de sustentação oral não devem reverter essa prática. A gravação deve ser a exceção, não a regra, a menos que a sustentação presencial cause

grandes problemas ao tribunal.”

Esse diálogo reflete a preocupação da OAB em manter a oralidade como um instrumento essencial da prática jurídica, garantindo que os advogados possam se expressar diretamente durante os julgamentos. Recomenda ministro Barroso.

Redação JA

Juíza federal Juliana Paixão toma posse como juíza-membro do TRE-MT

Tomou posse como juíza-membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) a juíza federal Juliana Maria da Paixão Araújo, neste (18.02), no Plenário do Tribunal. A magistrada, que integra a Seção Judiciária de Mato Grosso do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região desde 24 de março de 2011, assume o cargo em substituição ao juiz federal, Ciro José de Andrade Arapiraca, cujo biênio foi encerrado no último dia 14 de fevereiro.

Durante a solenidade de posse, a presidente do TRE-MT, desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, destacou a satisfação em ter mais uma mulher integrando o Pleno do Tribunal. “É uma alegria dar posse a mais uma mulher, ainda mais com o histórico de competência na atuação que a Dra. Juliana Paixão tem. Embora minha gestão esteja próxima do fim, teremos pelo menos dois meses de convivência e quero desejar pleno êxito nessa Corte”, disse à empossada que comporá o Pleno até fevereiro de 2027.

O magistrado Luis Otávio Pereira Marques falou em nome dos juízes-membros e reforçou a importância da representatividade feminina. “Sua chegada reforça não apenas o compromisso com a transparência e a legalidade, mas também, a representatividade feminina. Liderada



Reprodução

pelas desembargadoras Maria Aparecida Ribeiro e Serly Marcondes Alves, este Tribunal não mediu esforços para garantir a lisura do último pleito e para conquistar o Selo Diamante e entre as ações, destacam-se os esforços por uma sociedade mais justa e igualitária. Com sua chegada, o TRE-MT se fortalece ainda mais, pois sua trajetória foi construída na ética e no compromisso com a justiça e com o desenvolvimento social”, enfatizou.

Em nome do Ministério Público Eleitoral, o procurador regional eleitoral, Pedro Melo Pouchain Ribeiro, manifestou a satisfação com a pos-

se da juíza federal. “A senhora tem demonstrado dedicação exemplar e assume hoje uma função em um momento singular, pois temos agora mais uma mulher integrando essa Corte. Considero um marco histórico para o TRE-MT. Sua dedicação ao aprimoramento profissional contribuirá com o Tribunal e sua experiência diversificada reflete sua capacidade singular para exercer esta função”.

Também presente na sessão de posse, o juiz-membro substituto, desembargador Marcos Henrique Machado, destacou o currículo da empossada. “Vejo que se destaca pelo

estudo na área da neurociência e tenho empatia muito grande pela capacitação. Que Deus a abençoe na sua judicatura e especialmente no relacionamento, porque o Colegiado envolve uma diversidade de pensamento, de cultura, de compreensão e de comportamento humano. Convivemos com alteridades, isso é uma necessidade que temos e que traz um crescimento espiritual muito grande”.

Representando a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), o tesoureiro do órgão, Max Ferreira Mendes, emanou boas energias para o trabalho a ser desenvolvido pela nova juíza-membro e frisou a excelência do TRE-MT. “Este Tribunal traz em sua essência o conceito de democracia, da forma que faz mais sentido, um conceito que precisa ser instrumentalizado, algo prático. A OAB-MT reconhece o trabalho transformador dessa Corte e não temos dúvida de que a dra. Juliana irá somar nesse sentido. Conte sempre com a advocacia e desejamos sucesso”.

Em discurso, a juíza federal Juliana Paixão agradeceu as palavras de acolhimento e carinho e manifestou “profundo senso de responsabilidade” ao tomar posse. “Reafirmo meu compromisso com a democracia e a Justiça Eleitoral. Me sinto profundamente honrada, sob a liderança da desembargadora Maria Aparecida, que tem uma trajetória admirável. Me comprometo a atuar com ética e dedicação. Que nós possamos, juntos, continuar zelando por uma justiça cada vez mais forte. Agradeço a receptividade que tive por parte dos juízes-membros, juízes auxiliares e servidores e servidoras do TRE-MT, pois já me sinto como se estivesse em casa”, finalizou.

Redação JA
com informações da
assessoria imprensa TRE-MT

Supremo Tribunal mantém descriminalização do porte de maconha para uso pessoal

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter neste (14/2), a decisão da Corte, que descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal, estabelecendo a quantia de 40 gramas como limite para diferenciar usuários de traficantes.

Atualmente, o Supremo está analisando, em um julgamento virtual, recursos apresentados pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público de São Paulo, com o objetivo de esclarecer a decisão proferida em julho do ano passado.

Até o momento, oito ministros acompanharam o voto do relator, ministro Gilmar Mendes, que na semana passada já havia se posicionado pela rejeição dos recursos. Juntamente com Mendes, votaram os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Flávio Dino, Edson Fachin, An-

dré Mendonça, Luiz Fux e Cristiano Zanin. A votação virtual se encerrará às 23h59.

ESCLARECIMENTO IMPORTANTE

É importante destacar que a decisão do STF não legaliza o porte de maconha. O porte para uso pessoal continua sendo considerado um ato ilícito, ou seja, fumar a substância em locais públicos permanece proibido.

O julgamento da constitucionalidade do Artigo 28 da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) também foi parte dessa discussão. Para distinguir usuários de traficantes, a legislação prevê penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade, advertências sobre os efeitos das drogas, e a obrigação de participar de cursos educativos.

A Corte reafirmou a validade dessa norma, mas determinou que as

consequências são de natureza administrativa, eliminando a possibilidade de cumprimento de serviços comunitários. As advertências e a exigência de cursos educativos foram mantidas

e devem ser aplicadas pela Justiça em procedimentos administrativos, sem repercussão penal.

Redação JA



ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL

MT.GOV.BR @ @ @ @ govmatogrosso

MT ^{POR}
ELAS

PROGRAMA
SER
Família
Mulher



Tipos de violência contra a mulher

NÃO É NÃO

- + Se ele te xinga, **É VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.**
- + Se ele fala mal de você pros outros, **É VIOLÊNCIA MORAL.**
- + Se ele te empurra ou te bate, **É VIOLÊNCIA FÍSICA.**
- + Se ele te força a ter relações, **É VIOLÊNCIA SEXUAL.**
- + Se ele fica com seu dinheiro, **É VIOLÊNCIA PATRIMONIAL.**

**Enfrenta uma ou mais situações como essas?
O Governo de Mato Grosso está pronto para te acolher.**

Mais informações:
setasc.mt.gov.br



Denuncie **180** Emergência **190**



Governo de Mato Grosso

Advogado de MT Ulisses Rabaneda assume vaga no CNJ e fala em compromisso com a justiça e imparcialidade

A posse de dois novos representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) inaugurou a 1.ª Sessão Ordinária do CNJ de 2025 na manhã desta terça-feira (11). Marcello Terto e Silva e Ulisses Rabaneda dos Santos assumem suas funções, representando a advocacia nos próximos dois anos.

Em sua mensagem de acolhimento aos conselheiros, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, destacou as trajetórias e as qualificações dos novos membros.

Por sua vez, Ulisses Rabaneda expressou sua alegria em integrar o Conselho, destacando seu compromisso com a responsabilidade e a técnica. Esta é sua primeira experiência como conselheiro do CNJ. “No campo disciplinar, meu compromisso é com a justiça, a imparcialidade e o respeito ao



devido processo legal, que são essenciais para a verdadeira justiça”, afirmou Rabaneda.

“É uma grande honra representar a advocacia no CNJ, contribuindo para o fortalecimento do Judiciário, a defesa das prerrogativas da classe e a promoção de uma Justiça mais eficiente e acessível.

Assumo essa missão com compromisso, equilíbrio e rigor técnico, sempre pautado pelo diálogo e pelo respeito aos princípios do Estado Democrático de Direito,” disse Rabaneda, em sua posse efetivada na 1.ª Sessão Ordinária de 2025, na sede do CNJ.

Em seu discurso, ele de-

fendeu a sustentação oral e demais pilares do exercício da advocacia que garantem a administração da Justiça e os direitos do cidadão.

A presidente da OAB-MT Gisela Cardoso, que esteve presente no evento, parabenizou Rabaneda e desejou êxito.

“Por toda a sua trajetória pro-

fissional, orgulha a advocacia mato-grossense, a advocacia brasileira, com um histórico de serviços prestados ao Sistema OAB e à sociedade e a agora assume novo mister, com o desafio de trabalhar pela evolução do Judiciário no país”.

O advogado Ulisses Rabaneda foi indicado à vaga pelo CFOAB, do qual era Procurador-Geral. Deixou o cargo, para assumir no CNJ. Foi sabatinado em dezembro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, em seguida, seu nome foi confirmado pelo Pleno.

Um marco histórico para a advocacia mato-grossense, em razão de que pela 1ª vez um representante do Estado ocupa o destacado cargo de conselheiro do CNJ, com a responsabilidade de atuar pelo aperfeiçoamento do Judiciário brasileiro.

Redação JA



Fotos: Reprodução

MUDANÇAS

Tribunais deverão informar valor da causa no envio de ações ao STJ

A partir de 1º de abril de 2025, os tribunais de segunda instância terão a obrigação de informar o valor da causa nos dados cadastrais dos processos encaminhados ao STJ. Conforme a Instrução Normativa STJ/GDG 1/25, os processos enviados após essa data sem a especificação do valor da causa em seus metadados serão rejeitados e devolvidos às cortes de origem para as devidas correções.

A referida instrução normativa atualiza o Manual de Especificação de Dados e Indexação de Peças, anexo da Resolução STJ/GP 10/15, que fornece diretrizes para cada classe processual a ser remetida à instância superior. Além do valor da

causa, os autos eletrônicos ou digitalizados devem conter os dados cadastrais já exigidos, como o número único, a classe processual e a identificação completa de todos os envolvidos no processo, incluindo seus respectivos CPFs ou CNPJs.

Augusto Gentil, titular da Secretaria Judiciária do STJ, destacou a importância dessa iniciativa para ampliar a base de dados e possibilitar a realização de estudos e análises estatísticas sobre o valor monetário das causas que chegam ao tribunal. Segundo Gentil, a disponibilidade dessas novas informações também auxiliará na triagem dos processos no STJ, fornecendo subsídios adi-

cionais para a análise e o julgamento dos recursos.

A inclusão do valor da causa na lista de informações obrigatórias nos recursos faz parte de uma revisão abrangente dos sistemas de integração do STJ com outros tribunais. Essa mudança, juntamente com outras medidas, simplifica e agiliza a tramitação dos processos, permitindo o uso automático dos metadados na fase de autuação, contribuindo para lidar com o grande volume de processos recebidos diariamente pela corte.

Augusto Gentil ressaltou o objetivo do STJ de evitar o envio de processos com dados incompletos ou fora dos padrões estabelecidos. “Devido à necessidade de adequação, estipulamos um prazo de 60 dias para a implementação dessa exigência, a partir da publicação da instrução normativa. É crucial que o STJ receba esses dados de forma padronizada para que possamos automatizar nossas rotinas”, afirmou o secretário.

Fonte: Conjur